

17 de dezembro de 2025
CONTAS REGIONAIS (BASE 2021)
2023 (final) e 2024 (provisório)

EM 2024, A MAIORIA DAS REGIÕES REGISTOU UM CRESCIMENTO DO PIB SEMELHANTE AO DO PAÍS, CONDUZINDO A UMA LIGEIRA REDUÇÃO DA DISPARIDADE REGIONAL DO PIB *PER CAPITA*

Em termos reais, o PIB português cresceu 2,1% em 2024, com variações ligeiramente diferenciadas entre regiões. Estima-se que o Alentejo (1,1%) e a Região Autónoma da Madeira (1,5%) tenham registado os desempenhos mais fracos. No restante território, a evolução foi próxima da média nacional, com o Centro a igualar o país, o Oeste e Vale do Tejo, a Grande Lisboa e a Península de Setúbal a superarem ligeiramente (0,1 pontos percentuais - p.p.) a média nacional e as restantes regiões (Norte, o Algarve e a Região Autónoma dos Açores) a apresentarem um crescimento 0,2 p.p. superior ao país.

Em 2023, o PIB total cresceu 3,1% em volume, tendo-se registado variações positivas, ainda que heterogéneas, em todas as regiões. O Oeste e Vale do Tejo (4,8%), a Região Autónoma da Madeira (4,6%), a Região Autónoma dos Açores (3,5%), o Algarve e o Norte (ambos com 3,4%) e a Grande Lisboa (3,2%) apresentaram os crescimentos mais acentuados e superiores ao país. A região Centro (2,6%) e a Península de Setúbal (1,5%) apresentaram aumentos reais moderados e o Alentejo o menos expressivo (0,5%).

Ao contrário do verificado em 2023, em que se registou um agravamento da disparidade regional do PIB *per capita*, em 2024, os resultados indiciam uma ligeira redução, com a diferença entre a região com o índice mais elevado, (Grande Lisboa) e o mais baixo (Península de Setúbal), a passar de 89,8 p.p. para 89,2 p.p..

No contexto da UE27, o PIB *per capita* em paridades de poder de compra da Grande Lisboa voltou a superar a média da UE27, atingindo 128,9%. As restantes regiões, exceto o Alentejo que manteve o índice de 2023 (77,1%), aproximaram-se da média europeia: o Algarve alcançou 89,2%, a Região Autónoma da Madeira 88,3%, a Região Autónoma dos Açores 72,5%, o Centro 70,7% e o Norte 70,8%. Apesar de também convergirem, o Oeste e Vale do Tejo (64,6%) e a Península de Setúbal (55,4%) continuam a apresentar os níveis de PIB *per capita* mais baixos face à média europeia.

O INE divulga as Contas Regionais finais de 2023 e provisórias de 2024, consistentes com as Contas Nacionais Anuais e Trimestrais, publicadas em 23 de setembro de 2025.

Na secção I deste destaque são apresentados os resultados provisórios do PIB para 2024 seguindo-se a informação com natureza final referente a 2023. Nas secções seguintes são apresentadas sequencialmente a análise da Coesão Regional, da Formação Bruta de Capital Fixo, das Contas das Famílias e por fim as revisões de 2023.

Os resultados de 2023, agora divulgados, beneficiam de informação mais sólida, completa e detalhada que a anterior versão preliminar, publicada em dezembro de 2024, nomeadamente a Informação Empresarial Simplificada, o E-fatura, os Quadros de Pessoal e a Declaração Mensal de Remunerações da Segurança Social, a Conta Geral do Estado e os resultados por tipo de despesa e receita do subsector das administrações públicas locais.

São igualmente atualizados os resultados do PIB das regiões portuguesas em Paridades de Poder de Compra, refletindo a informação mais recente disponibilizada hoje pelo INE e pelo Eurostat.

Para além dos quadros em anexo a este destaque, é possível aceder a toda a informação detalhada na área de Contas Nacionais no portal do INE, no link [Portal do INE_D - Contas Regionais](#). Adicionalmente, informa-se que foram publicadas, em maio de 2025, as séries consistentes do PIB, VAB, Emprego e Remunerações das Contas Regionais até ao ano de 1995, estando prevista a publicação das séries de FBCF e Contas das Famílias no início de 2026.

I. PRODUTO INTERNO BRUTO

1. PRODUTO INTERNO BRUTO 2024PO

Em 2024, o Produto Interno Bruto (PIB) de Portugal registou um crescimento nominal de 7,1%, observando-se variações positivas em todas as regiões do país. Destacaram-se o Algarve (8,3%), a Península de Setúbal (7,8%) e a Região Autónoma da Madeira (7,5%), claramente acima da média nacional. As regiões Norte (7,2%), Grande Lisboa e Região Autónoma dos Açores (ambas com 7,1%) registaram desempenhos próximos da média do país, enquanto o Centro (6,7%), o Oeste e Vale do Tejo (6,6%) e, em especial, o Alentejo (4,5%) apresentaram crescimentos nominais inferiores ao total.

Quadro 1

PRODUTO INTERNO BRUTO POR NUTS II – 2024PO

Regiões	2024Po			
	10 ⁶ Euros	%	Var. Valor (%)	Var. Volume (%)
Norte	85.749	29,6	7,2	2,3
Centro	39.654	13,7	6,7	2,1
Oeste e Vale do Tejo	18.227	6,3	6,6	2,2
Grande Lisboa	90.686	31,3	7,1	2,2
Península de Setúbal	15.320	5,3	7,8	2,2
Alentejo	12.035	4,2	4,5	1,1
Algarve	14.312	4,9	8,3	2,3
R. A. Açores	5.753	2,0	7,1	2,3
R. A. Madeira	7.486	2,6	7,5	1,5
Extra-regio	205	0,1	-	-
Portugal	289.428	100,0	7,1	2,1

Po - dados provisórios

Em termos reais, o PIB português cresceu 2,1%, com crescimentos ligeiramente diferenciados entre regiões. Estima-se que o Alentejo (1,1%) e a Região Autónoma da Madeira (1,5%) tenham apresentado os desempenhos mais fracos. No restante território, a evolução foi próxima da média nacional, tendo o Centro igualado o desempenho do País, o Oeste e Vale do Tejo, a Grande Lisboa e a Península de Setúbal superaram ligeiramente em 0,1 p.p.. Por seu lado, o Norte, o Algarve e a Região Autónoma dos Açores apresentaram um crescimento de 2,3%, 0,2 p.p. acima do país.

Na região Norte, Centro e Oeste e Vale do Tejo, o dinamismo económico resultou sobretudo do crescimento do VAB da *indústria e energia* (2,8%, 3,2% e 4,1%, respetivamente), acompanhado do desempenho do VAB do *comércio, transportes, alojamento e restauração*, com acréscimos em volume de 1,8% no Norte e Oeste e Vale do Tejo e 2,6% no Centro.

O PIB da Grande Lisboa beneficiou do crescimento do VAB das *atividades informação e comunicação* (4,2%), das *atividades financeiras e de seguros* (3,6%) e do *comércio, transportes, alojamento e restauração* (2,0%), todos com variações acima da média nacional.

O crescimento do VAB do ramo do *comércio, transportes, alojamento e restauração* teve impacto significativo no VAB do Algarve e da Região Autónoma dos Açores, com crescimentos de 1,7% e 4,1% respetivamente (contributos de 0,7 p.p. e 1,1 p.p.). O PIB destas duas regiões beneficiou igualmente do crescimento do VAB da *indústria e energia* (9,9% e 6,4%, respetivamente) e da *agricultura, silvicultura e pescas* (8,9% e 7,1%, pela mesma ordem).

O crescimento do PIB da Península de Setúbal foi impulsionado, sobretudo, pelo aumento do VAB no ramo do *comércio, transportes, alojamento e restauração* (3,7%), cujo contributo para a variação regional foi de 0,9 p.p.

No Alentejo o crescimento menos expressivo do PIB deveu-se à redução do VAB da *indústria e energia* (-2,3%), das *atividades imobiliárias* (-2,1%) e do *comércio, transportes, alojamento e restauração* (-0,6%). O Alentejo destacou-se por ser a única região em que estes três ramos contribuíram negativamente para a evolução do PIB regional.

O crescimento do PIB da Região Autónoma da Madeira, inferior à média nacional, foi condicionado pela redução do VAB dos *serviços prestados às empresas* (-4,4%), associada à menor atividade no Centro Internacional de Negócios da Madeira, e pelo decréscimo do VAB da *administração pública, defesa, saúde e educação* (-0,3%).

2. PRODUTO INTERNO BRUTO 2023

Em 2023, o PIB do país registou um crescimento nominal de 10,8%. Todas as regiões apresentaram variações positivas, tendo o Oeste e Vale do Tejo (14,6%), a Grande Lisboa (12,1%) e a Região Autónoma da Madeira (11,1%) crescido acima da média do país. A Região Autónoma dos Açores (10,6%), o Norte e o Algarve (ambos com 10,3 %) registaram uma variação próxima da média nacional, enquanto as restantes regiões apresentaram as variações mais moderadas, com 9,9% no Alentejo, 9,0% no Centro e 7,9% na Península de Setúbal.

Quadro 2

PRODUTO INTERNO BRUTO POR NUTS II – 2023

Regiões	2023				
	10 ⁶ Euros	%	Var. Valor (%)	Var. Volume (%)	Var. Preço (%)
Norte	79.954	29,6	10,3	3,4	6,7
Centro	37.169	13,7	9,0	2,6	6,2
Oeste e Vale do Tejo	17.102	6,3	14,6	4,8	9,3
Grande Lisboa	84.658	31,3	12,1	3,2	8,7
Península de Setúbal	14.214	5,3	7,9	1,5	6,3
Alentejo	11.513	4,3	9,9	0,5	9,3
Algarve	13.215	4,9	10,3	3,4	6,6
R. A. Açores	5.374	2,0	10,6	3,5	6,8
R. A. Madeira	6.963	2,6	11,1	4,6	6,3
Extra-regio	190	0,1	-	-	-
Portugal	270.353	100,0	10,8	3,1	7,5

Em termos reais, o PIB aumentou 3,1% no país, tendo-se registado crescimento em todas as regiões, embora de forma heterogénea. O Oeste e Vale do Tejo (4,8%), a Região Autónoma da Madeira (4,6%), a Região Autónoma dos Açores (3,5%), o Algarve e o Norte (ambos com 3,4%) e a Grande Lisboa (3,2%) apresentaram os crescimentos mais acentuados e superiores ao País. Parte do crescimento nominal em algumas regiões decorreu do claro aumento dos preços, particularmente notório no Alentejo (variação de 9,3%), cujo crescimento real foi apenas de 0,5%, o mais baixo de todas as regiões. A região Centro (2,6%) e a Península de Setúbal (1,5%) apresentaram crescimentos reais inferiores à média do país.

Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e no Algarve, o acréscimo real do PIB resultou, sobretudo, do crescimento mais dinâmico do VAB do ramo do *comércio, transportes, alojamento e restauração*, atividade com relevância na estrutura produtiva destas regiões e fortemente influenciada pela atividade turística, que registou um acréscimo, em volume, de 6,2%, 5,7% e 4,8%, respetivamente. O PIB da Região Autónoma dos Açores e do Algarve beneficiaram ainda do crescimento do VAB da *administração pública, defesa, saúde e educação*, com um crescimento de 2,8% e 3,2%, respetivamente, tendo o da Região Autónoma da Madeira beneficiado do crescimento

do VAB da *construção* (17,0%) e dos *serviços prestados às empresas* (9,5%), embora com contributos menos expressivos.

A região do Oeste e Vale do Tejo, apesar de apresentar um crescimento dos preços superior ao nacional, registou o maior aumento do PIB em volume, em resultado sobretudo do crescimento do VAB da *indústria e energia* (10,2%), com um contributo de 1,9 p.p., destacando-se a *produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio* (1,2 p.p.). Também o crescimento do VAB do ramo do *comércio, transportes, alojamento e restauração* (4,0%) contribuiu significativamente (1,1 p.p.).

Na região Norte, o PIB em volume registou um crescimento superior ao do país, impulsionado sobretudo pelo desempenho da *indústria e energia* (3,1%), ramo relevante na estrutura produtiva regional, cujo VAB aumentou acima da média nacional. Destaca-se também o crescimento dos *serviços prestados às empresas* (7,0%), com contributo de 0,6 p.p..

Para o crescimento do PIB da Grande Lisboa contribuiu significativamente o *comércio, transportes, alojamento e restauração*, cujo VAB cresceu 5,0% (contributo de 1,1 p.p.), bem como os ramos das *atividades de informação e comunicação* e dos *serviços prestados às empresas*, que registaram acréscimos de 4,9% e 4,6%, respetivamente, (contributos de 0,5 p.p. e 0,7 p.p.). Na região Centro, o crescimento mais moderado do PIB foi influenciado pelo fraco desempenho dos ramos do *comércio, transportes, alojamento e restauração* (1,8%) e dos *serviços prestados às empresas* (0,8%).

No Alentejo, o crescimento diminuto do PIB resultou, sobretudo, da diminuição do VAB do ramo da *indústria e energia* (-6,6%), destacando-se a diminuição do VAB da *fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas e artificiais* (-66,0%), da *fabricação de coque e de produtos petrolíferos refinados* (-8,6%) e da *indústria extrativa* (-8,4%) que, no conjunto, contribuíram com -2,0 p.p. para a variação da região. O decréscimo do VAB das *atividades imobiliárias* (-3,9%) no Alentejo também contribuiu negativamente (-0,4 p.p.).

O PIB da Península de Setúbal foi igualmente condicionado pela diminuição do VAB do ramo da *indústria e energia* (-8,2%), com destaque para a *indústria da madeira, pasta, papel e cartão e seus artigos e impressão* (-32,5%), *indústrias metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos* (-31,1%) e *fabricação de material de transporte* (-9,7%), que, no conjunto, contribuíram com -2,2 p.p. para o desempenho da região.

Em 2023, a produtividade do trabalho, avaliada pelo quociente entre o VAB em termos reais e o emprego total medido em indivíduos, aumentou 1,1% no país. Por regiões, a produtividade diminuiu no Alentejo (-1,7%), na Península de Setúbal (-1,3%) e na Grande Lisboa (-0,1%). Nas duas primeiras regiões, o acréscimo de emprego, superior ao do país, não foi acompanhado pelo crescimento real do VAB, enquanto a Grande Lisboa igualou o crescimento do VAB do país (3,1%) mas registou um crescimento de emprego ligeiramente superior (3,2%). A produtividade do Algarve ficou inalterada, com idênticos crescimentos do VAB e do emprego (3,4%).

A região Oeste e Vale do Tejo registou a maior variação da produtividade (3,4%) resultado do contributo para a variação real do VAB (4,8%) de atividades intensivas em capital, como a *produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio*, conjugado com um aumento mais moderado do emprego (1,4%). As regiões, Norte, Centro e Regiões

Autónomas dos Açores e da Madeira apresentaram igualmente variações superiores ao país, embora menos expressivas.

Quadro 3

VAB, PRODUTIVIDADE E CUSTO TRABALHO POR UNIDADE PRODUZIDA POR NUTS II – 2023

Regiões	2023							
	VAB				Variação			
	10 ⁶ Euros	%	Valor (%)	Volume (%)	Indivíduos totais (%)	Produtividade (%)	Remuneração Média (%)	Custo Trabalho por Unidade Produzida (%)
Norte	69.651	29,6	11,2	3,4	1,2	2,1	9,7	7,4
Centro	32.379	13,7	9,8	2,6	0,9	1,7	9,0	7,2
Oeste e Vale do Tejo	14.898	6,3	15,5	4,8	1,4	3,4	9,5	6,0
Grande Lisboa	73.749	31,3	12,9	3,1	3,2	-0,1	9,5	9,5
Península de Setúbal	12.382	5,3	8,7	1,5	2,8	-1,3	7,4	8,8
Alentejo	10.029	4,3	10,7	0,5	2,3	-1,7	7,4	9,3
Algarve	11.512	4,9	11,1	3,4	3,4	0,0	9,8	9,9
R. A. Açores	4.682	2,0	11,4	3,5	0,7	2,7	9,6	6,7
R. A. Madeira	6.143	2,6	11,8	4,5	2,4	2,0	8,7	6,5
Extra-regio	165	0,1	-	-	-	-	-	-
Portugal	235.589	100,0	11,6	3,1	2,0	1,1	9,4	8,2

Como resultado do diferencial entre o crescimento da produtividade e a variação da remuneração média anual, o custo do trabalho por unidade produzida (CTUP) aumentou no País e em todas as regiões. Os maiores acréscimos ocorreram no Algarve (9,9%), Grande Lisboa (9,5%), Alentejo (9,3%) e Península de Setúbal (8,8%), todos acima da média nacional. Nas restantes regiões, Norte (7,4%), Centro (7,2%), Região Autónoma dos Açores (6,7%), Região Autónoma da Madeira (6,5%) e Oeste e Vale do Tejo (6,0%), a variação foi inferior à registada no País (8,2%).

II. COESÃO REGIONAL

A figura 1 apresenta os índices de disparidade regional do PIB *per capita*¹ das regiões NUTS II e NUTS III² em relação à média nacional (Portugal = 100).

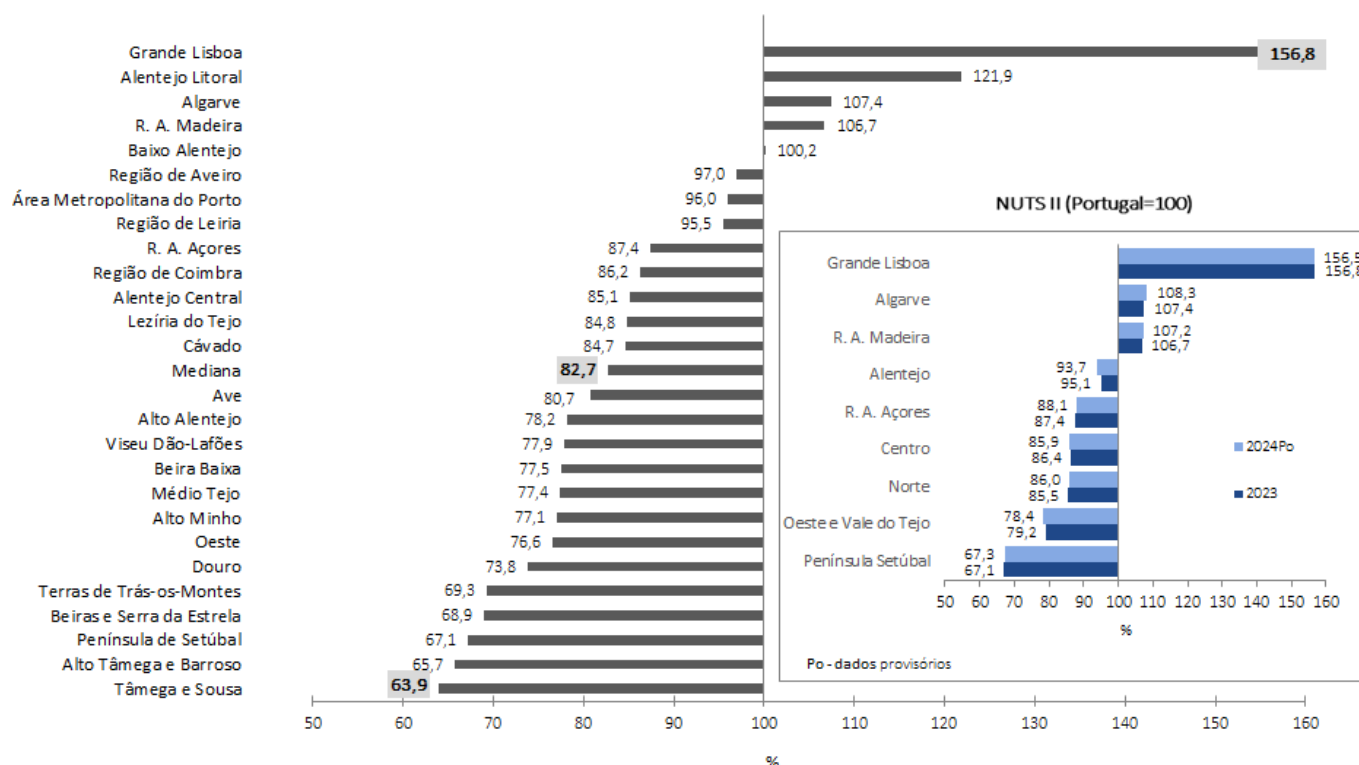
Em 2023, entre as regiões NUTS II, a Grande Lisboa manteve-se como a região com o maior índice de disparidade regional do PIB *per capita*, atingindo 156,8, superando o valor de 2022 (155,6). Também o Algarve e a Região Autónoma da Madeira apresentaram índices acima da média nacional, embora com evoluções distintas: a Região Autónoma da Madeira reforçou ligeiramente a sua posição (de 106,1 para 106,7), enquanto o Algarve registou uma redução (de 108,4 para 107,4).

1 O indicador PIB *per capita* relaciona o PIB gerado num dado país ou região, com a população residente.

2 Note-se que a Grande Lisboa, a Península de Setúbal, o Algarve, a Região Autónoma dos Açores e a Região Autónoma da Madeira são simultaneamente regiões NUTS II e NUTS III.

Figura 1

ÍNDICES DE DISPARIDADE DO PIB *PER CAPITA* POR NUTS III – 2023 (PORTUGAL=100)



As restantes regiões NUTS II mantiveram índices abaixo da média nacional, destacando-se o Alentejo, que continuou a apresentar o valor mais elevado entre estas regiões (95,1, igual a 2022), e a Península de Setúbal, que registou o valor mais baixo (67,1) diminuindo face a 2022 (69,0).

Estas variações apontam para um agravamento das assimetrias regionais em 2023 face ao ano anterior, sendo a subida de 1,2 p.p. na Grande Lisboa, conjugada com a diminuição de 1,9 p.p. na Península de Setúbal, o exemplo mais significativo do agravamento da distância relativa entre as regiões.

Em 2024, de acordo com os dados provisórios, a Grande Lisboa continua a apresentar o índice de disparidade regional do PIB *per capita* mais elevado (156,5), embora ligeiramente inferior ao registado em 2023. Seguem-se o Algarve (108,3) e a Região Autónoma da Madeira (107,2), com índices acima dos registados no ano anterior. A Península de Setúbal mantém o índice de disparidade do PIB *per capita* mais baixo de todas as regiões (67,3), ainda assim ligeiramente superior ao de 2023. Em 2024 os resultados indiciam, assim, uma ligeira atenuação da disparidade regional do PIB *per capita* relativamente a 2023, evidenciada pelo aumento do índice da Península de Setúbal em 0,2 p.p. e pela redução do índice da Grande Lisboa em 0,4 p.p., o que contrasta com o agravamento observado no ano anterior.

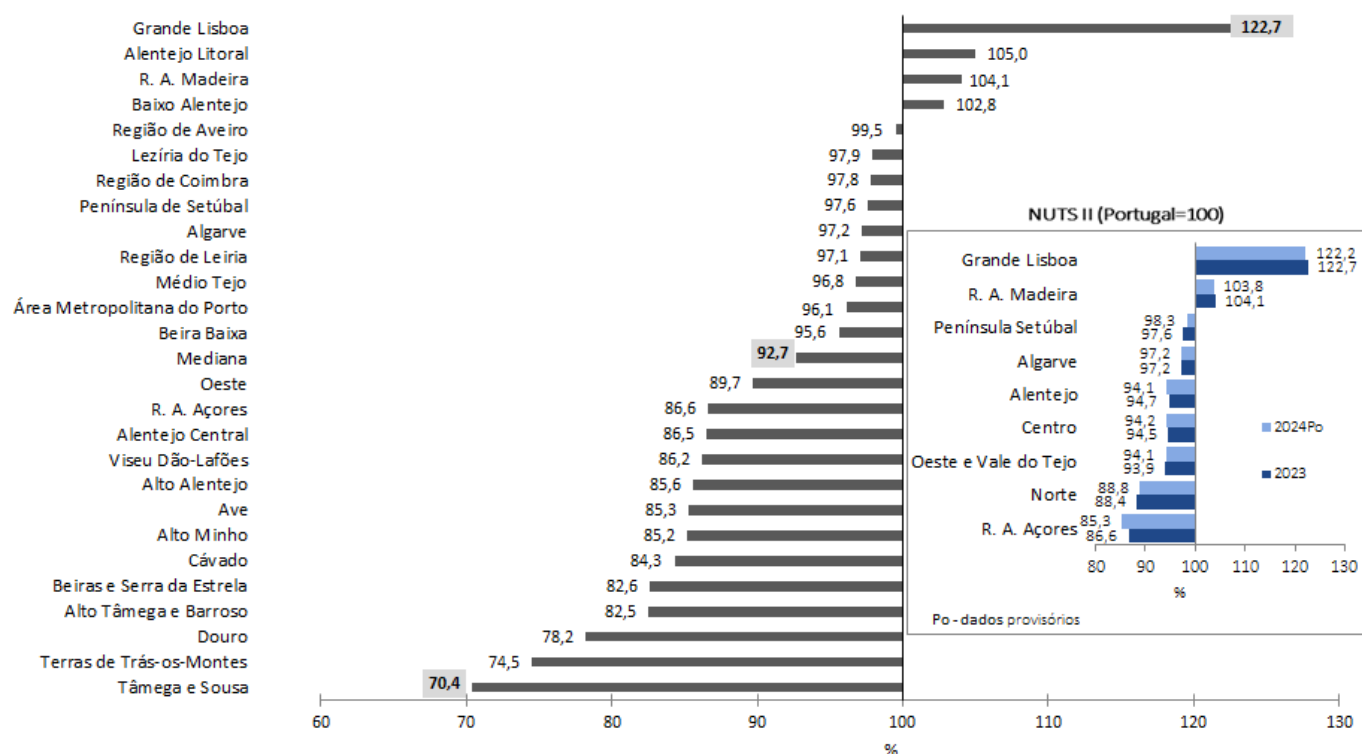
Em 2023, como em 2022, as disparidades entre as vinte e seis regiões NUTS III voltaram a atingir o seu máximo na comparação entre a Grande Lisboa (156,8) e o Tâmega e Sousa (63,9), com um ligeiro agravamento. A diferença entre ambas aumentou de 92,1 p.p. para 92,9 p.p., refletindo sobretudo a subida do índice da Grande Lisboa (+1,2 p.p.), embora o Tâmega e Sousa também tenha registado um ligeiro acréscimo (+0,4 p.p.).

O Alentejo foi a NUTS II com a maior disparidade regional (43,7 p.p.), resultante da diferença entre os índices do Alentejo Litoral (121,9) e do Alto Alentejo (78,2). Face a 2022 verificou-se uma diminuição significativa desta disparidade, explicada pela descida de 13,9 p.p. no índice do Alentejo Litoral e pelo aumento de 4,5 p.p. no índice do Alto Alentejo.

A região Norte registou uma disparidade regional de 32,1 p.p., significativamente inferior à do Alentejo e ligeiramente superior à da região Centro, resultante da diferença entre a Área Metropolitana do Porto (96,0) e o Tâmega e Sousa (63,9). Em 2022, o diferencial entre estas mesmas regiões era de 32,9 p.p., indiciando uma ligeira redução da disparidade. A região Centro apresentou, em 2023, uma disparidade de 28,1 p.p., resultante da diferença entre a Região de Aveiro (97,0) e as Beiras e Serra da Estrela (68,9). Em 2022, esta disparidade era superior (31,1 p.p.). Por sua vez, a região Oeste e Vale do Tejo registou a menor disparidade regional em 2023, fixando-se em 8,2 p.p., embora acima do valor observado em 2022 (6,8 p.p.), diferença correspondente aos índices da Lezíria do Tejo (84,8) e do Oeste (76,6).

Figura 2

ÍNDICES DE DISPARIDADE DA PRODUTIVIDADE POR NUTS III – 2023 (PORTUGAL=100)



Como se observa na Figura 2, apenas a Grande Lisboa e a Região Autónoma da Madeira apresentaram, em 2023 e 2024, índices de disparidade da produtividade superiores à média nacional, embora ainda abaixo dos índices de disparidade do PIB *per capita*. Nas restantes regiões NUTS II, os índices de disparidade da produtividade situaram-se abaixo da média nacional. Salienta-se ainda que nas regiões Norte, Centro, Oeste e Vale do Tejo, Península de Setúbal e Alentejo (esta última apenas em 2024), os índices de disparidade da produtividade superaram os índices de disparidade do PIB *per capita*.

A Grande Lisboa, o Oeste e Vale do Tejo e a Península de Setúbal apresentaram a maior discrepância entre os índices de produtividade e de PIB *per capita*. As regiões Oeste e Vale do Tejo e Península de Setúbal registaram o menor peso da população empregada (em indivíduos) no total da população residente — 41,8% e 34,0%, respetivamente — face a 63,3% na Grande Lisboa, claramente acima do país (49,5%). Um dos fatores que contribuem para esta situação são os movimentos pendulares, que tendem a reduzir o PIB *per capita* nas regiões de residência dos trabalhadores, como o Oeste e Vale do Tejo e a Península de Setúbal, e a aumentá-lo na região de emprego, designadamente na Grande Lisboa. Este fenómeno resulta da circulação diária de trabalhadores entre regiões, uma vez que o VAB é contabilizado no local onde é gerado, e a população considerada no cálculo do PIB *per capita* corresponde à população residente.

Em 2023, ao nível das regiões NUTS III, registou-se uma menor disparidade regional da produtividade, com um diferencial de 52,3 p.p. entre o índice mais elevado, na Grande Lisboa (122,7), e o mais baixo, na região do Tâmega e Sousa (70,4). Em 2022, o diferencial entre estas mesmas regiões era ligeiramente superior, de 53,3 p.p.

PIB regional expresso em Paridades de Poder de Compra – comparação internacional³

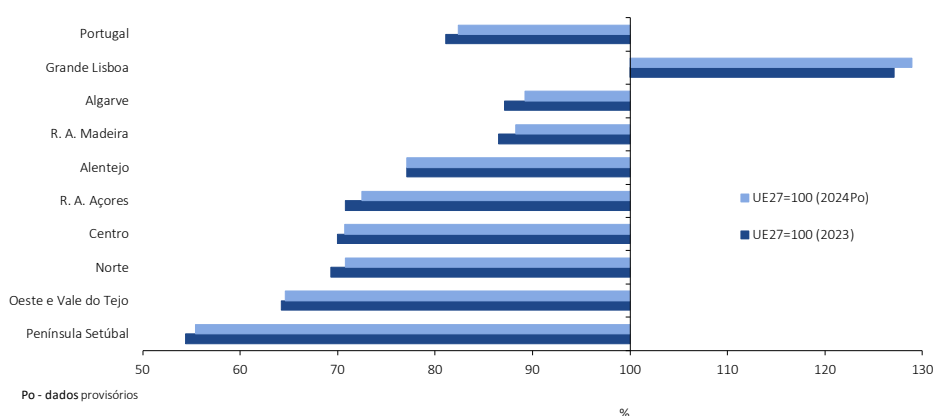
O PIB *per capita* de Portugal, medido em Paridades de Poder de Compra (PPC), tem vindo a aproximar-se da média da União Europeia. Em 2022, correspondia a 77,0% da média europeia, tendo aumentado para 81,1% em 2023, subindo de forma mais moderada, para 82,4% em 2024, demonstrando o processo de convergência gradual face à média da União Europeia (UE27).

Em 2023, a Grande Lisboa voltou a ultrapassar a média europeia, atingindo um índice de 127,1% (+7,2 p.p.). As restantes regiões registaram uma aproximação à média da UE27. Com efeito, o Algarve (87,1%; +3,6 p.p.), a Região Autónoma da Madeira (86,5%; +4,7 p.p.), o Alentejo (77,1%; +3,8 p.p.), a Região Autónoma dos Açores (70,8%; +3,7 p.p.), o Centro (+70,0%; +2,5 p.p.) e o Norte (69,3%; +3,2 p.p.), apresentaram valores em 2023 superiores aos registados em 2022. Apesar de também convergirem, o Oeste e Vale do Tejo (64,2%; +4,9 p.p.) e a Península de Setúbal (54,4%; +1,2 p.p.) mantiveram-se como as regiões com os níveis de PIB *per capita* mais baixos face à média europeia.

³ A apreciação destas assimetrias deve ter em conta que a conversão de euros para PPC, aplicável no quadro da regulamentação da União Europeia, é feita uniformemente para todas as regiões de cada Estado Membro, não sendo contempladas as diferenças intranacionais de preços relativos ao nível das regiões NUTS II ou NUTS III.

Figura 3

ÍNDICES DE DISPARIDADE DO PIB *PER CAPITA* EM PPC – 2023 E 2024PO



III. FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO

Em 2023, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) do país registou um crescimento nominal de 10,3%, atingindo 55 384 milhões de euros. O crescimento foi dinamizado sobretudo pela *indústria e energia*, que contribuiu 2,5 p.p. e pelas *atividades imobiliárias* responsáveis por 2,4 p.p.. É ainda de referir o contributo do *comércio, transportes, alojamento e restauração* bem como da *administração pública, defesa, saúde e educação*, cada um com 1,3 p.p..

Quadro 4

FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO POR NUTS II – 2023

Regiões	2023			
	10 ⁶ Euros	%	Variação Anual (%)	Contributos para a Variação Anual Nacional (p.p.)
Norte	17.569	31,7	8,8	2,8
Centro	7.351	13,3	6,9	0,9
Oeste e Vale do Tejo	3.035	5,5	13,0	0,7
Grande Lisboa	17.324	31,3	12,2	3,8
Península de Setúbal	2.658	4,8	14,2	0,7
Alentejo	3.024	5,5	15,5	0,8
Algarve	2.323	4,2	6,7	0,3
R.A. Açores	962	1,7	11,3	0,2
R.A. Madeira	1.111	2,0	6,3	0,1
Extra-regio	28	0,0	-	-
Portugal	55.384	100,0	10,3	10,3

De todas as regiões do país, a Grande Lisboa destacou-se como a mais dinâmica no investimento, com um contributo de 3,8 p.p., seguida do Norte com 2,8 p.p.. As restantes regiões tiveram contributos mais moderados, nomeadamente o Centro com 0,9 p.p., o Alentejo com 0,8 p.p., e o Oeste e Vale do Tejo e a Península de Setúbal ambas com 0,7 p.p. O Algarve contribuiu com 0,3 p.p., enquanto as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira contribuíram com 0,2 p.p. e 0,1 p.p., respetivamente.

Em 2023, o Alentejo, a Península de Setúbal, o Oeste e Vale do Tejo, a Grande Lisboa e a Região Autónoma dos Açores destacaram-se por registarem um crescimento da FBCF superior à média nacional. Entre estas regiões, o Alentejo e a Península de Setúbal apresentaram os maiores crescimentos, respetivamente 15,5% e 14,2%, devido sobretudo ao acréscimo do investimento na *indústria e energia* (27,6% e 28,3%) e na *administração pública, defesa, saúde e educação* (39,6% e 29,4%). No caso da Península de Setúbal, há ainda a considerar o acréscimo do investimento nas *atividades financeiras e de seguros*.

Na Grande Lisboa, o acréscimo da FBCF (12,2%) resultou, principalmente, do aumento do investimento nas *atividades informação e comunicação* (25,6%) e no *comércio, transportes, alojamento e restauração* (16,9%). Já no Oeste e Vale do Tejo e na Região Autónoma dos Açores, o crescimento esteve principalmente associado ao investimento na *indústria e energia*, com aumentos de 18,5% e 55,2%, respetivamente, nas *atividades imobiliárias* (11,6% e 12,5%) e na *administração pública, defesa, saúde e educação* (32,1% e 6,9%).

O aumento da FBCF no Norte (8,8%) e no Centro (6,9%) refletiu sobretudo o acréscimo do investimento nas *atividades imobiliárias*, que cresceram 12,4% e 11,1%, respetivamente. Destacou-se, ainda, no Norte, o contributo significativo do investimento no *comércio, transportes, alojamento e restauração* e na *indústria e energia* (com crescimentos de 11,8% e 5,7%) e no Centro no ramo da *administração pública, defesa, saúde e educação* (12,3%).

No Algarve, o crescimento da FBCF (6,7%) resultou sobretudo do forte aumento do investimento na *administração pública, defesa, saúde e educação* (42,9%) e no *comércio, transportes, alojamento e restauração* (10,6%). Já na Região Autónoma da Madeira o acréscimo da FBCF (6,3%) esteve principalmente associado ao aumento do investimento dos *serviços prestados às empresas* e das *atividades financeiras e de seguros*, sendo esta a região que registou o menor crescimento da FBCF.

IV. CONTAS DAS FAMÍLIAS

Em 2023, o Rendimento Primário Bruto (RPB⁴) foi de 181 939 milhões de euros, valor superior ao do Rendimento Disponível Bruto (RDB⁵, 177 550 milhões de euros), com variações nominais de 11,1% e 9,1%, respetivamente.

Conforme apresentado no quadro 5, o RPB registou crescimento ligeiramente superior à média nacional no Alentejo (12,9%), no Algarve (12,8%), na Região Autónoma da Madeira (12,2%), no Oeste e Vale do Tejo (11,6%), na Grande

⁴ Rendimentos diretos das famílias gerados pela sua participação no processo produtivo e saldo dos rendimentos de propriedade.

⁵ Resulta das alterações no RPB decorrentes da ação redistributiva dos rendimentos pela política fiscal e do saldo das outras transferências correntes.

Lisboa e Península de Setúbal (ambas com 11,3%). As demais regiões apresentaram variações inferiores à média, menos distantes no Centro (10,7%) e no Norte (10,3%), enquanto a Região Autónoma dos Açores registou a menor variação (9,9%).

Quadro 5

RENDIMENTO PRIMÁRIO BRUTO E RENDIMENTO DISPONÍVEL BRUTO DAS FAMÍLIAS POR NUTS II – 2023

Regiões	2023											
	RPB		RDB		Componentes do Rendimento Disponível							
					Rendimento Primário Bruto				Operações de redistribuição do rendimento			
	Total	Var. Anual	Total	Var. Anual	Remunerações	Excedente Bruto de Exploração/Rend. Misto	Rendimentos Propriedade Líquidos	Impostos	Contribuições Sociais Líquidas	Prestações Sociais Líquidas	Outras Transferências correntes Líquidas	
	10 ⁶ Euros	%	10 ⁶ Euros	%	Contributos para a Variação Anual RDB (p.p.)							
Norte	55.421	10,3	54.575	8,5	8,1	0,2	1,9	-1,0	-2,2	1,6	-0,1	
Centro	26.004	10,7	26.770	8,6	7,9	0,6	1,7	-1,0	-2,2	1,6	0,0	
Oeste e Vale do Tejo	13.624	11,6	13.427	9,6	8,5	1,5	1,6	-0,9	-2,3	1,5	-0,2	
Grande Lisboa	45.654	11,3	42.412	9,2	8,4	0,1	3,5	-1,3	-2,5	1,5	-0,3	
Península de Setúbal	14.978	11,3	13.792	9,5	10,2	0,8	1,1	-1,1	-2,7	1,4	-0,2	
Alentejo	8.236	12,9	8.210	11,1	8,7	3,0	1,0	-0,7	-2,4	1,5	-0,1	
Algarve	9.692	12,8	9.977	10,2	7,5	3,1	1,5	-0,5	-2,1	0,7	0,0	
R. A. Açores	3.997	9,9	4.031	9,2	7,0	1,5	1,2	-0,6	-2,0	1,9	0,1	
R. A. Madeira	4.334	12,2	4.358	11,6	7,6	3,0	1,4	-0,2	-2,0	1,4	0,4	
Portugal	181.939	11,1	177.550	9,1	8,3	0,8	2,1	-1,0	-2,3	1,5	-0,1	

Relativamente ao RDB, os maiores acréscimos ocorreram na Região Autónoma da Madeira (11,6%), no Alentejo (11,1%) e no Algarve (10,2%). Estas regiões registaram a maior variação do excedente bruto de exploração/rendimento misto, com um contributo cerca de 3 p.p., significativamente superior ao valor nacional (0,8 p.p.). O Alentejo destacou-se ainda pelo contributo das remunerações (8,7 p.p.), acima da média do país, enquanto a Região Autónoma da Madeira e o Algarve, com contributos inferiores das remunerações, beneficiaram sobretudo das outras transferências correntes líquidas e do menor crescimento dos impostos.

Seguiram-se o Oeste e Vale do Tejo e a Península Setúbal, com variação semelhante do RDB de 9,6% e 9,5%, respetivamente, explicada pelo comportamento do RPB. Ambas as regiões apresentaram crescimentos das remunerações e excedente bruto de exploração/rendimento misto superior à média nacional, com contributos superiores ao do país.

A Grande Lisboa e a Região Autónoma dos Açores registaram a mesma variação do RDB (9,2%). No entanto, enquanto a variação da Grande Lisboa foi condicionada pelo crescimento das operações de redistribuição do rendimento, com um contributo negativo (-2,7%) superior ao país (-2,0%), o rendimento disponível da Região Autónoma dos Açores foi influenciado por contributos inferiores das componentes do rendimento primário, no conjunto 9,7%, face a 11,1% do país.

As regiões Centro (8,6%) e Norte (8,5%) registaram a menor variação do RDB, explicada pelo comportamento do RPB. Ambas apresentaram crescimentos das remunerações e dos rendimentos de propriedade líquidos semelhantes à média nacional e um crescimento inferior do excedente bruto de exploração/rendimento misto. No conjunto, estes agregados representaram um contributo de 10,2 p.p. para o RDB, inferior ao do país.

Quadro 6

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL E ÍNDICES DE DISPARIDADE DO PIB, RPD E RDB *PER CAPITA* POR NUTS II – 2023

Regiões	2023								
	PIB <i>per capita</i>			RPB <i>per capita</i>			RDB <i>per capita</i>		
	Euros	Índice (%)	Variação Anual (%)	Euros	Índice (%)	Variação Anual (%)	Euros	Índice (%)	Variação Anual (%)
Norte	21.863	86	9,4	15.154	88	9,3	14.923	89	7,5
Centro	22.073	86	8,0	15.442	90	9,8	15.897	95	7,7
Oeste e Vale do Tejo	20.245	79	12,8	16.128	94	9,8	15.894	95	7,9
Grande Lisboa	40.081	157	10,6	21.615	126	9,8	20.080	120	7,7
Península de Setúbal	17.141	67	6,6	18.063	105	10,0	16.632	99	8,2
Alentejo	24.303	95	9,6	17.385	101	12,7	17.331	103	10,9
Algarve	27.452	107	8,6	20.134	117	11,1	20.727	123	8,6
R. A. Açores	22.339	87	10,1	16.613	97	9,4	16.754	100	8,7
R. A. Madeira	27.271	107	10,3	16.972	99	11,3	17.068	102	10,8
Portugal	25.558	100	9,7	17.200	100	9,9	16.785	100	8,0
Máx-Min	22.940	90	-	6.461	38	-	5.804	34	-

Em 2023, o diferencial entre a região com maior e menor índice de PIB *per capita*, RPB *per capita* e RDB *per capita* foi de 90 p.p., 38 p.p. e 34 p.p., respetivamente, tendo havido um ligeiro agravamento na disparidade dos dois primeiros indicadores em relação ao ano anterior. Sendo o PIB afeto ao local de produção e os rendimentos das famílias ao local de residência, note-se que, na comparação do índice do PIB *per capita* com o índice RPB *per capita* de cada região, verifica-se uma diferença de -31 p.p. na Grande Lisboa face a uma diferença +15 p.p. no Oeste e Vale do Tejo e de +38 p.p. na Península de Setúbal, associadas aos movimentos pendulares.

Para o país, o RDB *per capita* é próximo ao RPB *per capita*, existindo, contudo, diferenças entre as regiões. Tendo como referência a média do país, é de assinalar que a Grande Lisboa e a Península de Setúbal foram as regiões que, com a ação redistributiva dos rendimentos e das outras transferências correntes, apresentaram um índice de RDB *per capita* inferior (em 6 p.p.) ao respetivo índice de RPB *per capita*. As restantes regiões beneficiaram, em termos relativos, das operações de redistribuição do rendimento, aumentando o RDB *per capita* face ao RPB *per capita*, sobretudo o Algarve e o Centro (+6 p.p. e +5 p.p., respetivamente), seguidos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (ambas +3 p.p.), do Alentejo (+2 p.p.) e do Norte e Oeste e Vale do Tejo (ambas +1 p.p.).

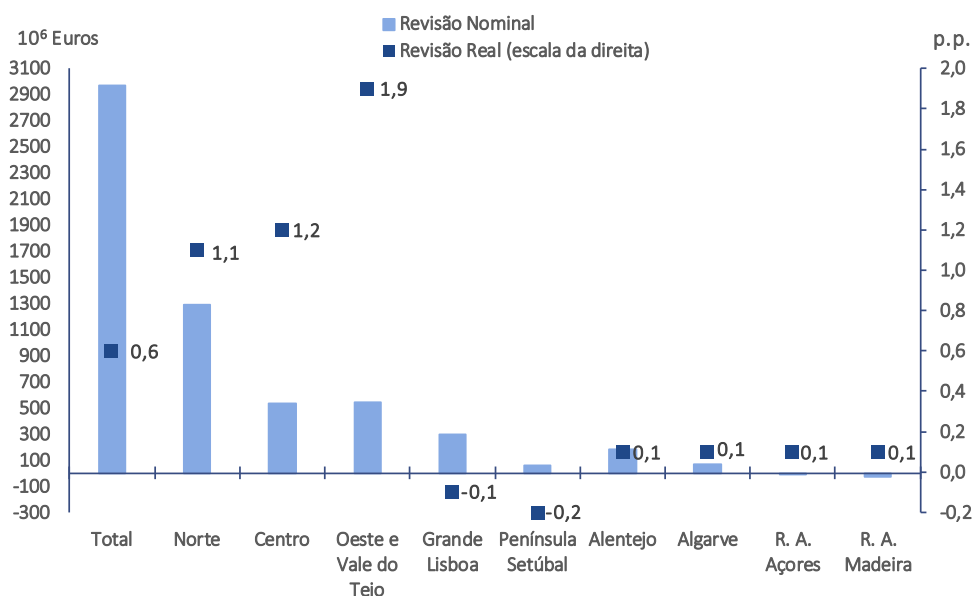
Conclui-se que a redistribuição dos rendimentos contribuiu para reduzir as disparidades regionais, refletindo-se numa menor diferença entre o RPB *per capita* e o RDB *per capita*. Importa salientar que a Grande Lisboa e o Algarve mantiveram em 2023 os índices de RDB *per capita* semelhantes aos de 2022, embora o Algarve tenha superado a Grande Lisboa na passagem ao RDB *per capita*, sobretudo devido às prestações sociais recebidas do resto do mundo — associadas ao afluxo de população aposentada na região — e à redução das remessas de emigrantes na Grande Lisboa. O Alentejo e a Região Autónoma da Madeira apresentaram RDB *per capita* superior à média nacional, enquanto a Região Autónoma dos Açores igualou o valor do país. As restantes regiões mantiveram os seus índices de RDB.

V. REVISÕES

Em 2023 a revisão em alta do PIB nacional face à conta preliminar, em consequência da compilação das Contas Nacionais finais, traduziu-se em revisões positivas do PIB da maioria das regiões. Apenas a Grande Lisboa e a Península de Setúbal não acompanharam esta tendência, como ilustra a figura 4.

Figura 4

REVISÃO DO PIB POR NUTS II – 2023



As regiões que apresentaram as maiores revisões do PIB em termos reais foram o Oeste e Vale do Tejo (1.9 p.p.), o Centro (1,2 p.p.) e o Norte (1,1 p.p.), destacando-se a revisão em alta do VAB da *Indústria e energia*, ramo particularmente importante na estrutura produtiva destas regiões. Contudo, enquanto no Oeste e Vale do Tejo foi sobretudo a revisão do VAB da energia, no Norte e no Centro destacou-se a revisão em alta do VAB da indústria transformadora.

A revisão em baixa do PIB na Grande Lisboa resultou da redução do VAB das *atividades imobiliárias* (-0,2 p.p.) Já na Península de Setúbal, a revisão negativa do PIB deveu-se sobretudo à revisão do VAB da *indústria e energia* (- 0,3 p.p.), decorrente da redução do VAB de indústrias particularmente relevantes na estrutura produtiva regional: *indústria da madeira, pasta, papel e cartão e seus artigos e impressão, indústrias metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos e fabricação de material de transporte*. Por fim, importa referir que o PIB do Alentejo, do Algarve e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira apresentou, em termos reais, uma revisão pouco expressiva de 0,1 p.p. em cada uma destas regiões.